

# **"Cracolândia Sitiada" – o "nóia" no paradigma da guerra: notas de campo da operação de maio de 2017**

*"Besieged Cracolândia" – The "nóia" in the Paradigm of War: Field Notes of the Operation in May 2017*

*"Belagerte cracolândia" – der "nóia" im Paradigma des Krieges: Feldnotizen der Operation im Mai 2017*

**Ednan Silva Santos<sup>1</sup>**

1. Doutorando e mestre pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. <https://orcid.org/0000-0002-0812-6463> [ednan.santos@ufabc.edu.br](mailto:ednan.santos@ufabc.edu.br)

**Resumo:** Este artigo visa a reflexão dos fenômenos políticos no que diz respeito ao controle na “cracolândia” em São Paulo e na disputa política no âmbito do discurso e do controle do corpo do usuário de drogas. Para isso, utilizam-se conceitos-chaves de Foucault e Graham, das anotações do trabalho de campo e de notícias de veículos de imprensa que veicularam durante o mês de maio de 2017. Procura-se explicar as inflexões nas propostas de gerenciamento da vida por meio da “policialização” das políticas sociais nas chamadas “Operações” realizadas na “cracolândia” durante o ano de 2017 que resultam na extinção de programas sociais de redução de danos.

**Palavras-chave:** Crack. Corpo. Estado. Militarismo. Nóia.

**Abstract:** This article reflects on the political phenomena regarding the control of “Cracolândia” in São Paulo and the political debate about the discourse and the control of the drug abusers’ body. In this sense, key concepts from Foucault and Graham, notes from fieldwork and informations reported in the news in May 2017 are interpreted. The article tries to explain the divergence from the proposals about life management because of the “policialization” in social politics during the so-called “Operations” in “Cracolândia” in 2017, which led to the elimination of the social programs aiming at harm reduction. The authoritarian actions of the public authorities are a result of the appropriation of the discourse about the “noia” (derogatory designation of a crack abuser) in the management of social conflict and substance abuse.

**Keywords:** Crack. Body. State. Militarism. Nóia (derogatory for a crack abuser)

**Zusammenfassung:** Dieser Artikel betrachtet die politischen Phänomene bezüglich der Kontrolle der “Cracolândia” in São Paulo und den politischen Konflikt über den Diskurs und die Kontrolle des Körpers der Suchtabhängigen. Dafür werden Schlüsselbegriffe von Foucault und Graham, Notizen aus der Feldarbeit und Artikel aus den Medien vom Mai 2017 benutzt. Es wird versucht, die Abweichungen der Vorschläge zum Lebensmanagement durch “Verpolizeilichung” der Sozialpolitik in den sogenannten Operationen in der “Cracolândia” im Jahr 2017, die zur Abschaffung der Sozialprogramme der Schadensbegrenzung für Suchtkranke führten, zu erklären. Die autoritären Handlungen der Behörden sind das Ergebnis der Aneignung eines Diskurses über den “Nóia” (abwertende Bezeichnung eines Crack-Abhängigen) im Bereich des staatlichen Managements sozialer Konflikte und Suchtabhängigkeit.

**Schlüsselbegriffe:** Crack. Körper. Staat. Militarismus. Nóia (Suchtabhängigkeit)

## Introdução

Este artigo trata a expulsão de populações vulneráveis de seus territórios como programa político, militarização dos programas sociais e das políticas públicas nas ações da prefeitura e do Estado de São Paulo na “cracolândia” de

São Paulo no centro da cidade durante a Operação de maio de 2017. O objetivo do artigo é demonstrar como a Operação de maio de 2017 na “cracolândia” de São Paulo desrespeitou direitos em favor de uma lógica econômica a favor da especulação imobiliária.

Para a produção deste artigo foram utilizados referenciais teóricos que visam compreender fenômenos contemporâneos de gestão de populações urbanas sob o signo do risco, da urgência e da exceção. O artigo propõe o diálogo entre os autores Michel Foucault, Stephen Graham e Boaventura Sousa Santos para assim, demonstrar como as operações realizadas na “cracolândia” estão inseridas em uma lógica global de desenvolvimento da economia neoliberal: policialização de políticas públicas e o desmonte de programas sociais.

Para a produção deste artigo foram utilizadas anotações realizadas durante a pesquisa de campo entre os anos de 2017 e 2018 na região conhecida como “cracolândia” de São Paulo e a interpretação desse processo pelo pesquisador. Entre os anos de 2010 e 2018 fui voluntário da organização Missão SAL que atua na região da “cracolândia” de São Paulo. Ser voluntário na Missão SAL me possibilitou conhecer as pessoas que frequentam a região da “cracolândia” e ao mesmo tempo ser conhecido por eles. Por isso de início realizei minhas visitas ao campo sozinho entre 16 de janeiro e 03 de fevereiro de 2017. Porém, devido as mudanças do campo decidi não ir mais sozinho e procurei uma outra organização para realizar as visitas de campo, a Missão CENA.

A Missão CENA é uma organização cristã evangélica que atua na região central da cidade de São Paulo desde o final da década de 1980. A partir do dia 5 de fevereiro realizei as visitas ao campo todas às segundas, terças e quarta-feiras das 14h as 16h30 e às sextas-feiras das 19 as 20h30. Às terças-feiras a Missão CENA recebia pessoas em situação de rua do bairro da Luz oferecendo banho, alimento, roupas e kit de higiene pessoal. Às segundas, quartas e sextas-feiras fazíamos visitas ao “fluxo”<sup>1</sup>. Os missionários convidavam as pessoas que frequentavam o “fluxo” a visitar a Casa Amarela, como é conhecida a sede da Missão CENA na região. Minutos antes das visitas ao “fluxo”, o líder do trabalho, Paulo (conhecido como Paulinho), entregava um crachá de papel para

---

1. Concentração de usuário de crack

cada missionário e voluntários. Mesmo estando ali para fazer uma pesquisa, também recebia o meu crachá. Saíamos sempre em grupo, conversando com cada concentração de usuários que encontrávamos no caminho.

O percurso até a praça Praça Júlio Prestes durava cerca de 20 minutos. A casa Amarela, a sede da Missão CENA, se localiza na rua General de Couto Magalhães. Todas as tardes seguíamos da Casa Amarela para a rua Dos Protestantes. Durante o caminho já notava a presença de pessoas que aparentemente estavam em situação de rua. Logo se percebe a presença de catadores de recicláveis na rua Dos Protestantes em virtude da quantidade de “carros de catadores” de recicláveis estacionado nas guias. Na frente do “ferro velho” também se percebe uma fila enorme de catadores esperando sua vez de pesar o material recolhido. Em todas as idas ao campo com os missionários e voluntários parávamos para conversar com os catadores de recicláveis que pelo grau de intimidade das conversas parecem ser conhecidos de longa data, ou seja, são pessoas que mantêm uma relação com a Missão CENA ou frequentam a região por um longo período de tempo. O grupo de catadores de recicláveis que encontrávamos no trajeto era majoritariamente masculino e de idade aparentemente entre 30 e 50 anos. No Centro de Recolhimento de Materiais Recicláveis (ferro velho) encontrávamos pessoas que frequentavam tanto o fluxo de usuários de drogas (concentrado próximo a estação Julio Prestes) como a Casa Amarela.

Seguíamos pela rua Dos Protestantes até o cruzamento com a rua Dos Gusmões, onde se localiza um lugar muito conhecido na região: o Teatro dos Containers. Nesse local nos deparávamos com vários grupos distintos: (1) pessoas dormindo na calçada sobre colchões, (2) grupos LGBTQ+ (nas conversas a maioria se assumiam como travestis), (3) outras fumando pedra. Os missionários conversavam com todos, mas demonstravam maior intimidade com o grupo LGBTQ+. Pois sabiam o nome o lugar de moradia e as necessidades financeiras de cada uma delas. Além do mais marcavam visitas e as convidavam a frequentar a Casa Amarela. Não é possível me aprofundar no trabalho da organização com os grupos LGBTQ+ porque apenas participei das visitas ao campo, pois o objetivo do meu projeto de pesquisa com o mestrado era entender o discurso do “nóia” e a ação do Estado com essa corporalidade.

Até a travessa da rua Dos Protestantes com a rua Mauá a Polícia Militar (PM) e a Guarda Civil Metropolitana (GCM) apenas circulavam e faziam abordagens. As pessoas selecionadas pela PM e pela GCM possuíam o mesmo padrão: homens e com idade aparente entre 25 e 40 anos. Na travessa da rua Dos Protestantes com a rua Dos Gusmões, seguíamos subindo em direção ao Memorial da Resistência. Uma inflexão importante ocorre a partir desse ponto do trajeto. Não mais encontrávamos a polícia apenas circulando e fazendo abordagens esporádicas, mas as polícias<sup>2</sup> se encontravam paradas e distribuídas em pontos específicos da rua Mauá. Quanto mais próximo do fluxo, mais se nota a presença da polícia. No período da tarde apenas algumas pessoas, aparentemente em situação de rua estavam sentadas em frente ao prédio do Memorial da Resistência. Porém, no período da noite se encontravam muitas pessoas por cima de colchões, dentro de barracas improvisadas com lonas e cobertores, sentadas e deitadas nas calçadas, outras fazendo uso de crack. Esse era o cenário encontrado em toda a extensão da calçada do prédio. O movimento e circulação de pessoas fazendo uso de crack sempre foi maior no período da noite.

As polícias ficavam de guarda na garita da entrada lateral da Sala São Paulo e depois novamente na travessa com a rua Cleveland. Não havia um ponto específico de polícias nesses pontos, as vezes era a PM; em outras vezes a GCM; por diversas outras vezes as duas ocupando simultaneamente o mesmo ponto. As polícias formavam uma barreira de entrada e revistavam cada um que entrasse ou saísse do “fluxo”. Não passei por nenhuma revista; assim como os missionários, apresentava o crachá da organização e os polícias nos liberavam a passagem.

Quando chegávamos ao fluxo, enquanto os missionários faziam a divulgação dos trabalhos oferecidos pela Missão CENA, procurei me concentrar nas mudanças do território e nas práticas de controle presente no território. Também procurei conversar com pessoas que estavam no fluxo, mas não estabeleci um padrão para iniciar as conversas. Com os métodos etnográficos procurei entender

---

**2.** Utilizei a palavra “polícias” porque esses pontos não era pontos fixos da PM ou da GCM. Em dias distintos, polícias distintas ocupavam esses pontos.

as dinâmicas humanas no território (GEERTZ, 2008) a fim de compreender as regras e padrões das interações sociais, verbais e não verbais (MAGNANI, 2002; PÉTONNET, 2008). As visitas que realizei com a Missão CENA à “cracolândia” não tinham como intenção analisar o trabalho oferecido pela organização, mas a partir da observação direta e observação participante construir uma análise sobre as dinâmicas do território e as ações realizadas pelo Estado e prefeitura na região. A observação participante é um método das pesquisas qualitativa e etnográfica e tem como objetivo a participação do pesquisador nas atividades e no recolhimento dos dados (ANGROSINO, 2009). Durante e no final de cada visita, escrevia em um caderno as minhas percepções sobre o campo. Depois escrevia em um “caderno de relatos de campo” - alguns trechos serão apresentados no decorrer do artigo - o que possibilitou ao autor se adaptar às situações impostas pelo campo de pesquisa e assim buscar entender questões para além das entrevistas e dos relatos colhidos durante as visitas de campo (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2005; CORREIA, 1999; EZPELETA; ROCKWELL, 1986).

Usa-se o mapeamento do Labcidade “Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso” (BRITO, GISELI; LIMA, PEDRO; MARTIN, ISABEL; MENDONÇA, PEDRO, 2017), documento produzido durante as Operações na “cracolândia” com o início em maio de 2017. O documento é uma produção do Laboratório de Pesquisa e Extensão da Universidade de São Paulo (LABcidade) e tem como foco acompanhar as remoções e demolições ocorridas no bairro da Luz entre os anos de 2010 e 2017. A pesquisa realizada pelo LABcidade demonstra como os processos de demolições acompanham as Operações da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo na região Luz contra os usuários de drogas que se concentram no “fluxo”.

Para reconstruir o contexto político e jurídico que movimentou a Operação de maio de 2017 foram analisadas cerca de 20 reportagens que circularam durante o mês de maio e junho de 2017, reportagens de diferentes jornais e mídias: UOL, Folha de S. Paulo, G1, Estadão. O artigo não se propõe a construir uma análise do discurso da imprensa, mas demonstrar a existência de um amplo processo de disputa política e jurídica que envolveu as Operações na “cracolândia” no ano de 2017.

## Disputa Territorial: Projeto Nova Luz

A “cracolândia” no bairro da Luz, no centro da cidade de São Paulo, é um território itinerante que passa por diversas e constantes operações e intervenções de várias ordens: políticas, militares, religiosas e do tráfico (RUI, 2016B E FRUGOLI, 2016). Operações na região ocorrem desde 1999 quando a região passa a ser alvo de investimentos do poder público na tentativa de despertar o interesse do mercado imobiliário com a finalidade de promover um “revigoreamento” urbano no centro velho da cidade. A Operação de maio de 2017 foi apenas uma entre várias (SANTOS, 2019).

O interesse da especulação imobiliária na região é uma questão importante para se entender as motivações que provocam as operações na região da Luz. O documento *Região da Luz em Disputa* (BRITO, GISELI; LIMA, PEDRO; MARTIN, ISABEL; MENDONÇA, PEDRO, 2017), produzido pelo Labcidade, procura demonstrar como se deram os processos de intervenções a partir da especulação imobiliária no bairro da Luz. O projeto urbanístico *Nova Luz* já legitimou outras ações na região da “cracolândia” como a *Operação Limpa* em 2005 na gestão de José Serra (PSDB, 2005 A 2006) e a *Operação Sufoco* em 2012 na gestão de Gilberto Kassab (PFL, 2006 A 2007 - DEM, 2008 A 2012).

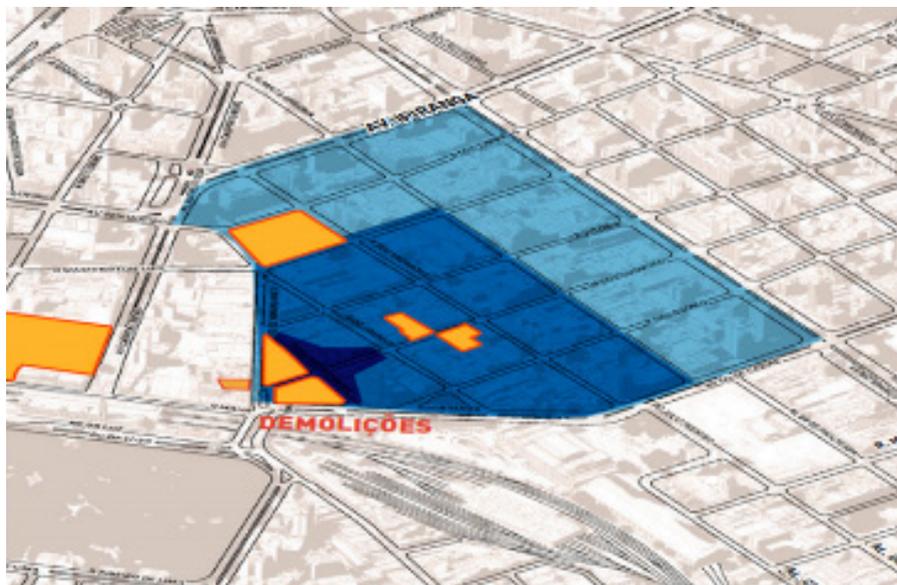
O projeto Nova Luz visa à ‘revitalização’ do centro velho da cidade de São Paulo e tem como objetivo atrair empresas e projetos residenciais supervalorizadas para a região central de São Paulo. Diante da estrutura e mobilização de recursos, a ‘cracolândia’ passou a ser vista como um empecilho à realização do projeto (ROLNIK, 2015, p. 283).

O plano urbanístico *Nova Luz* possui a terminologia ligada ao “novo”. O termo “novo”, que denomina as ações e os projetos urbanísticos para o bairro da Luz, traz consigo uma ideia de que a região não abriga vida, economia ou relações sociais. A crítica que se constrói ao projeto é que não tem como intenção a melhoria da qualidade de vida de quem mora ou passa pela região, mas de realizar investimentos imobiliários extremamente lucrativos para atrair pessoas de fora. O *Nova Luz* tem como finalidade atrair compradores que possam pagar

pelos imóveis que venham a ser construídos, algo que caracteriza um processo de gentrificação, amparado por forças militares, jurídicas e econômicas. As demolições do dia 4 de maio de 2017 são um exemplo, pois em outras operações vários outros imóveis também foram demolidos. As figuras 1, 2, 3 e 4 foram retiradas do documento *Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso* (BRITO, GISELI; LIMA, PEDRO; MARTIN, ISABEL; MENDONÇA, PEDRO, 2017), desenvolvida pelo Labcidade (*ibid.*). As figuras demonstram o avanço das demolições em conjunto com as Operação realizada na “cracolândia” de São Paulo em 2017.

Nessas imagens selecionadas do documento podemos observar em uma sequência o processo que envolve as demolições e como essas demolições fazem parte de todo um processo de reestruturação do bairro. Na figura 1 marcado de azul temos a extensão dos territórios ocupados pela “cracolândia” entre os anos de 1995 e 2017. Já de amarelo são os lotes onde ocorreram demolições durante este mesmo período.

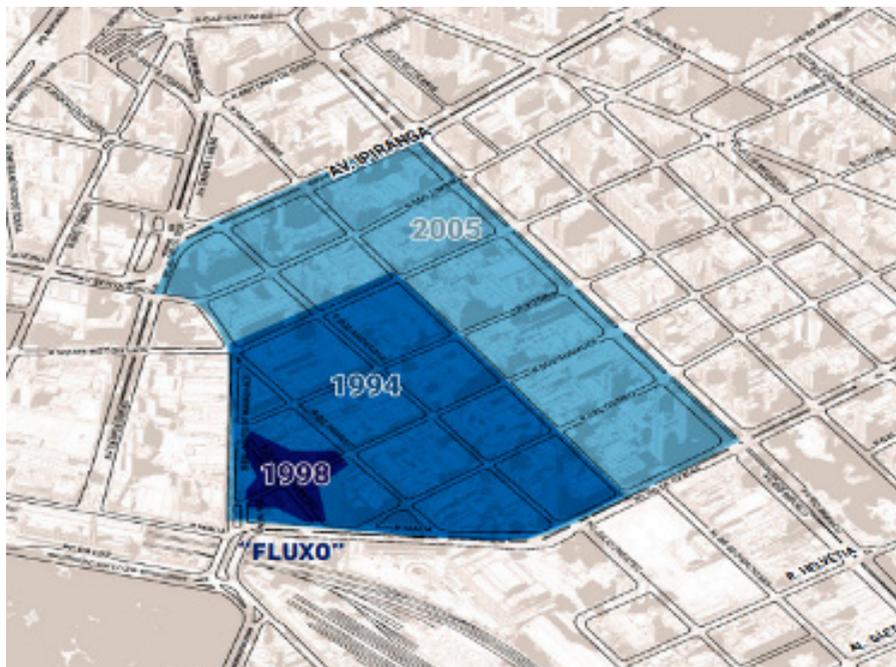
**Figura 1:** Bairro da Luz/São Paulo. Imóveis demolidos em maio de 2017.



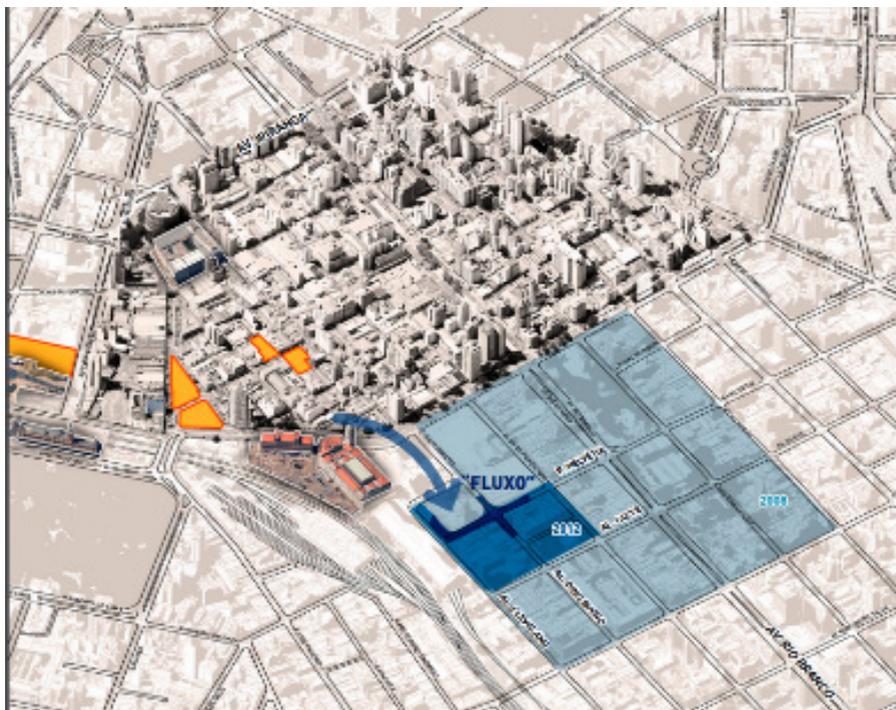
**Fonte:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017).

A ilustrações 2 e 3 apresentam a concentração dos usuários de drogas desde o ano de 1995, onde ocorreram demolições de imóveis e dispersões de usuários de drogas nesses mesmos perímetros e no mesmo intervalo de tempo.

**Figura 2:** Concentração do fluxo de usuários de drogas de 1994 a 2005.



**Fonte:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017).

**Figura 3:** Dispersão do fluxo de usuários de drogas em 2012.

**Fonte:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017)

A Operação Sufoco na “cracolândia” no ano de 2012 dispersou o fluxo de usuários de drogas para fora das áreas onde ocorreram as demolições nos anos anteriores. As remoções das “cracolândias” demonstram que as operações seguem uma lógica de comportamento que predispõem os interesses da especulação imobiliária para a região. A partir do mapeamento das Operações do poder público na região, observa-se como as Operações seguem uma lógica para muito além da punição dos corpos dos sujeitos ali inseridos e contém um modelo econômico incorporado em um processo de gentrificação, até mesmo

porque as Operações promovidas pelo Estado trouxeram consequências para todos que moram ou passam pela região: dependentes químicos, moradores e comerciantes.

As Operações fazem parte de um processo de urbanização da região do bairro da Luz. Construções foram realizadas com o objetivo de valorizar os futuros imóveis da região e assim atrair investimentos do capital imobiliário privado para a região. Exemplos disso são as construções públicas como a Sala de São Paulo (1999), a Estação Pinacoteca (2004), o Museu da Língua Portuguesa (2006), a Estação da Luz linha 4 (2010), o Centro Paulo Souza (2013) e a sede da GCM, como é possível verificar na imagem (4) a seguir.

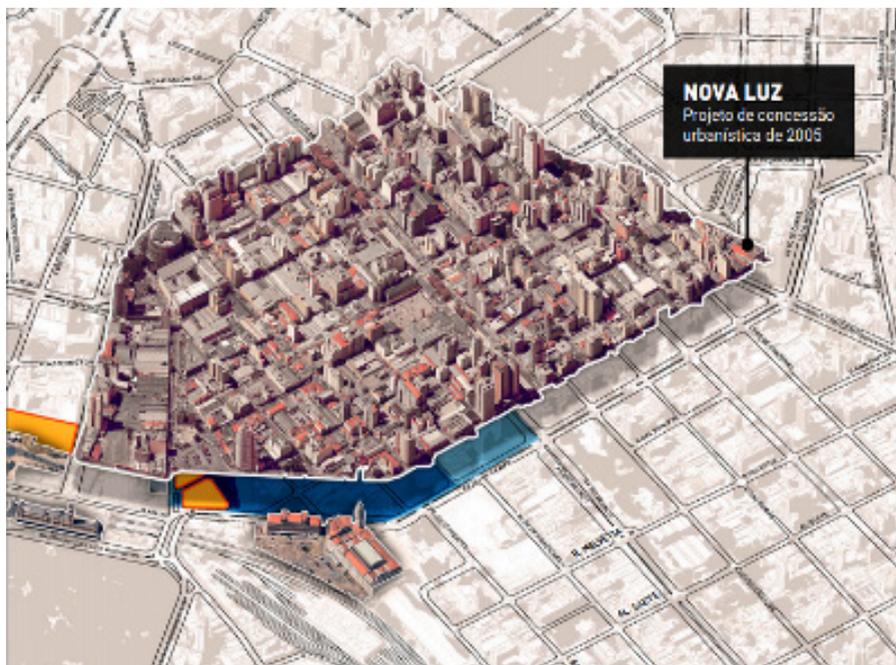
**Figura 4:** Construções públicas para atrair investimentos imobiliários para o bairro da Luz/SP.



**Fonte:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017)

A partir dessas construções públicas valorizaram-se os terrenos no bairro da Luz e permitiram aos investidores especularem sobre a região. Porém, o plano não deu certo, o capital imobiliário não direcionou as atenções dos investidores para a região e assim a prefeitura teve que dar início as Parcerias Públicas-Privadas (PPPs).<sup>3</sup> As PPPs são uma modalidade de contrato em que o capital privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra previamente projetada, financiada e construída.

**Figura 5:** Projeto de concessão urbanística de 2005 (Nova Luz)



**Fonte:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso (Brito, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro, 2017)

3. Para melhor entender esse processo ler FRUGOLI, 2016.

Os imóveis demolidos entre 1995 e 2017 foram declarados pela prefeitura utilidade do poder público. O plano de demolições motiva as Operações e as dispersões do fluxo de usuários de drogas da chamada “cracolândia”. Em maio de 2017 ocorreram vários processos de interdição e demolição de prédios, casas e comércios na região através da prefeitura de São Paulo (GOMES, PAULO; MACHADO, LEANDRO; NEVES, FERNANDA PEREIRA; PAGNAN, ROGÉRIO, 2017). Alguns prédios tiveram suas portas bloqueadas com muros construídos por funcionários da prefeitura. Casas foram demolidas ainda com pessoas dentro. A acusação foi denunciada durante a reunião extraordinária da comissão de direitos humanos no dia 23 de maio de 2017 (MILENA, 2017). Esta reunião tratava de buscar medidas sobre as ações da prefeitura na “cracolândia”. Outras acusações surgiram, entre outras, a acusação da morte de um homem que havia ficado trancado dentro de um comércio interditado pela prefeitura. A denúncia foi registrada por moradores da região como é possível ver na reportagem do Jornal GGN do dia 26 de maio de 2017.<sup>4</sup>

Além disso, houve várias remoções, despejos e demolições sem aviso prévio. Ações truculentas, violentas e imorais diante da vida e dos direitos dos cidadãos foram realizadas e legitimadas com força de lei. Táticas brutais e sofisticadas foram empregadas na ação na “cracolândia”: violações, o uso da força ostensiva militar e gentrificação foram estratégias utilizadas pelo poder público, resultando em muitas acusações de descumprimento aos direitos humanos.<sup>5</sup>

**4.** Cracolândia: Bombeiros teriam removido cadáver de usuário preso desde domingo. 26/05/2017.

**Jornal GGN.** São Paulo. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/cracolandia-bombeiros-teriam-removido-cadaver-de-usuario-preso-desde-domingo>. Acesso no dia 29 de outubro de 2020

**5.** Gomes, Paulo; Machado, Leandro; Neves, Fernanda Pereira; Pagnan, Rogério. Ação de Dória para demolir imóvel deixa feridos na Cracolândia. **Folha de São Paulo**, 2017. Acervo online, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886608-demolicao-de-parede-de-imovel-deixa-dois-feridos-na-cracolandia-em-sp.shtml>. Acesso no dia 03 de setembro de 2020

Bergamo, Mônica. Secretaria de Dória entrega cargo após discorda de ação na Cracolândia e chama-la de desastrosa. **Folha/UOL**. São Paulo, 2017. 24/05. Acervo online disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/05/1887181-secretaria-de-doria-entrega-cargo-apos-discordar-de-acao-na-cracolandia-e-chama-la-de-desastrosa.shtml?mobile>. Acesso

Entre as acusações de descumprimento de direitos, o documento *Região da Luz em disputa* indica dois pontos importantes para se mencionar. O primeiro é que as remoções que ocorreram na região da Luz no ano de 2017 fazem parte de uma PPP do Governo do Estado de São Paulo para a construção de unidades habitacionais para a região. De acordo com o contrato a construtora responsável pelo projeto não tem responsabilidade em alojar as famílias removidas da região. A construtora é responsável apenas pela construção e gestão dos futuros condomínios durante 20 anos. O segundo ponto importante apresentado pelo documento é que as áreas de empreendimentos da PPP Habitacional estão sendo produzidas em ZEIS,<sup>6</sup> algo que desprezita as regras do plano diretor da cidade.<sup>7</sup>

A Operação da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo no ano de 2017 na região da Luz não está desassociada de outras Operações realizadas no passado na região: Operação Limpa (2005) e a Operação Sufoco (2012). Pois, fazem parte do conjunto do plano urbanístico e dos interesses do mercado imobiliário na região. O cerco de 2017 realizado na “cracolândia” sobre a justificativa de reduzir a violência na região e “dificultar” o acesso à droga, porém possibilitou a gestão dos corpos e do território para as finalidades já mencionadas anteriormente. Pode-se destacar que a Operação visava alavancar a imagem política perante a opinião pública, reconhecendo o potencial midiático que a guerra às drogas possui.

O Militarismo Urbano e os interesses imobiliários são duas faces de uma mesma moeda. O militarismo urbano tem como objetivo o controle de grupos de pessoas reproduzidos como uma ameaça, marcados com o discurso do

dia 29 de setembro de 2020

Fernandes, Marcella. Conselho federal de psicologia chama ação de Dória na Cracolândia de ‘barbárie’. **Huffpost**. São Paulo. 22/05/2017. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/22/conselho-federal-de-psicologia-chama-acao-de-doria-na-cracolandi\\_a\\_22103998/?ncid=fcblk-nkbrhpmg00000004Na](http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/22/conselho-federal-de-psicologia-chama-acao-de-doria-na-cracolandi_a_22103998/?ncid=fcblk-nkbrhpmg00000004Na). Acesso dia 25 de setembro de 2020

**6.** Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas demarcadas no território de uma cidade para assentamentos habitacionais de população de baixa renda.

**7.** Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), Contrato da PPP Habitacional Lote 1 (2014) Lote 1 (2014)

risco e do perigo. Além do mais, o é uma estratégia utilizada nos trâmites de implementação dos interesses do capitalismo neoliberal no que diz respeito aos empreendimentos imobiliários na região do bairro da Luz. O que temos visto é a forma neoliberal de política, que possibilita o lucro em prejuízo de soluções humanitárias, visando o silenciamento e o sufocamento dos conflitos sociais: “Como regime social, o fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal” (SANTOS, 2007, p. 17).

Isso significa que as vidas dos usuários de drogas são marcadas pela exceção, sendo esta o paradigma da guerra, estabelecida sobre a permissão de cometer todo e qualquer tipo de atentado à vida, sem sofrer represálias ou punição (AGAMBEN, 2004). O paradigma da guerra passa a se concentrar no centro da sociedade, na relação entre Estado e cidadão e marca a presença do estado de exceção na existência destas pessoas, ou seja, a ação do governo do Estado e da prefeitura de São Paulo é o exemplo da guerra inserida nas relações sociais que se sobressai ao direito do cidadão na utilização da exceção como norma. A violência psicológica, a violência verbal, a execução sumária, prisões preventivas sem direito ao habeas corpus, a internação compulsória e o fim de programas sociais como o De Braços Abertos (DBA) foram estratégias utilizadas pela prefeitura de São Paulo. As ações da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo marcam a existência da população do fluxo com a marca da exceção permanente.

A prefeitura da cidade e o governo do São Paulo não visam possibilitar soluções de conflitos na esfera democrática, mas em políticas e estratégias de *deixar morrer* (FOUCAULT, 2005B). Para Foucault, esta relação não está inserida apenas no campo da ideologia, mas pode ser encontrada no campo da força física: “Pode até não fazer parte de um sistema de violência bélica, ou do terror e ainda ser de ordem físico” (FOUCAULT, 2014b, p. 29). O exemplo da guerra empreendida aos dependentes químicos na “cracolândia” é o controle do corpo e a inserção deste corpo em uma economia política do corpo (FOUCAULT, 2005A). A biopolítica promove a regulamentação do coletivo, de tornar o coletivo normatizado, controlado e por isso se instaura sobre a população; é o poder articulando e desarticulando o controle sobre os usuários de drogas e dos moradores da região da Luz. A partir desses discursos de poder/

saber se legitima toda uma ordem de dispositivos de segurança que utilizam discursos de necessidade para promover intervenções violentas de controle.

Todo o processo apresentado até o momento direciona aos seguintes resultados: as intervenções militares passaram a ser uma lógica de governo em um campo de disputa oriundos dos interesses imobiliários na região. Por via do discurso da segurança e do risco, construiu-se todo um emaranhado de discursos de ilegalidade que legitima o uso da força. O mesmo poder que constrói as necessidades articula as soluções no paradigma da violência e da gestão dos corpos.

Destaca-se na Operação de maio de 2017 na “cracolândia” a utilização de estratégias militares contra a população civil disfarçadas de cuidado e proteção social (TEIXEIRA, 2016), e por fim, a policialização das políticas sociais (TELLES, 2001). Esta ação se inclui em algo que Stephen Graham (2016) chama de um novo urbanismo militar, caracterizado pelo controle da sociedade civil no espaço urbano por meio de tecnologias militares destinadas a combater cidadãos que passam a serem vistos como uma possível ameaça à ordem vigente.

Assim, o mobiliário das ruas é redesenhado como uma forma de inibir o conforto dos sem-teto. Os subsídios de bem-estar social são reduzidos para punir grupos considerados irresponsáveis, desrespeitosos, preguiçosos ou de má aparência. O tratamento punitivo dado aos ‘ilegais’ é justificado retratando-os não como essenciais às economias bem-sucedidas do Ocidente, mas como contágios criminosos e invasivos que ameaçavam uma ideia de nação definida em termos limitados (GRAHAM, 2016, p. 171).

Para Graham, o uso da metáfora “guerra” serve para descrever as condições em que as sociedades urbanas se encontram, principalmente na forma como o poder político lida com problemas atuais como a “guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança” (GRAHAM, 2016, p. 27). A militarização investida contra a sociedade civil tem como uma das bases o aparato da força dispensado contra os marginalizados. Esse é um dos pés desse novo modelo de controle. A guerra declarada às drogas, o controle da vida urbana

e de grupos sociais não fogem ao desenvolvimento do capital internacional, pois estão inseridos em uma norma global e se apresentam como um novo paradigma para as democracias contemporâneas. Estas novas propostas internacionais abrangem muito mais que apenas a indústria da segurança e fazem parte de uma lógica da economia neoliberal. O controle da população civil surge como “soluções mágicas para problemas sociais complexos” (GRAHAM, 2016, p. 37).

O controle militar da sociedade civil equivale a uma militarização da sociedade como um todo e se coloca como um paradigma da sociedade contemporânea. O paradigma da guerra se aperfeiçoa como proposta política para controlar possíveis ameaças presentes nas cidades e a criação de formas de resoluções de problemas por estes grupos específicos.

No nosso tempo, Estados-nação estão se afastando de seu papel como fiadores de uma comunidade de cidadãos dentro de uma unidade territorial, encarregados de policiar as conexões entre ‘interior’ e ‘exterior’. Em vez disso, esses estados estão se tornando sistemas internacionalmente organizados voltados para tentar separar as pessoas e circulações consideradas de risco ou malignas daquelas consideradas livre de riscos ou dignas de proteção. Esse processo ocorre cada vez mais tanto dentro quanto fora de fronteiras territoriais entre Estado-nação, resultando em uma indistinção entre limites internacionais e urbano/locais. De fato, as duas parecem se fundir cada vez mais, para constituir uma ‘multiplicidade’ de pontos de controle que se distribuíram pelas principais linhas de circulação e geografias-chave de riqueza e poder, atravessando limites entre Estados, além daqueles dentro e para além dessas fronteiras. (GRAHAM, 2016, p. 158)

Como destaca Teixeira (TEIXEIRA, 2016) a utilização do termo “Operação” evidencia o caráter de operação militar, bélico e de urgência na região do centro de São Paulo. Estas ações de gestão dos ilegalismos de caráter militar não possuem em si a política como forma de negociação de conflitos, mas atribuem a noção *de risco* às populações residentes em territórios em conflitos, algo que

permite o militarismo intervencionista no lugar da política como aparato de negociação (GRAHAM 2016; MORAES, 2005; ROCHA, 2013). Utiliza-se a força militar contra cidadãos civis, instalando dispositivos de exceção fundamentados na restauração da ordem e na prevenção da violência e do tráfico de drogas. Não são apenas mecanismos de controle, mas mecanismos de controle aplicadas a grupos específicos e na produção de categorias humanas como verdadeiras ameaças à sociedade e potencialmente difundida como “criminalidade violenta” (TEIXEIRA, 2016).

As supostas associações mencionadas por Graham e Teixeira são constantemente atribuídas ao discurso que entrelaça o “nóia”: violência, desordem, renitência. Pois a existência na “cracolândia” é vista como vida que fere uma ordem dominante econômica, geográfica e uma estética neoliberal (Rui, 2012a, p. 9). Porém, o que difere as Operações daqui das do restante do mundo é o lugar da construção desse discurso. O discurso do “nóia” nasce na periferia e foi apropriado pelo poder público para legitimar as Operações militares contra usuários de drogas (SANTOS, 2019A). O discurso do “nóia” legitima e cria discursos morais, resultando em intervenções e na militarização das políticas sociais.

Consequentemente, as ações da prefeitura e do governo do Estado de São Paulo abandonaram a integração social no que diz respeito à ampliação do acesso ao tratamento de usuários de drogas assim como o acesso à moradia, à cidade e também à qualificação para o mercado de trabalho. A vida passa a ser gerenciada por dispositivos de “policialização das políticas sociais” (MORAES, 2005; ROCHA, 2013). Esse é o paradigma da guerra que se insere nos centros urbanos, Um paradigma ordenado pela disciplinarização da população e no controle coercitivo dos considerados “injustáveis” presentes na “cracolândia” de São Paulo (Bairro da Luz).

## **A Operação de Maio de 2017**

O sítio da “cracolândia” iniciou no domingo, dia 21 de maio de 2017, logo pela manhã. O governador Geraldo Alckmin e o então prefeito João Dória, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB),<sup>8</sup> não

**8.** O Partido da Social Democracia Brasileira é um partido político que se autodenomina de centro. O PSDB surgiu da junção de três ideias: (1) social democracia, (2) democracia cristã e o (3)

nomearam a ação. A mídia começou a chamar a Operação de “Megaoperação na cracolândia”. A foto de capa do caderno “Cotidiano” do jornal Folha de S. Paulo (GOMES, PAULO; PAGNAN, ROGÉRIO; VERPA, DANILO 2017) apresenta uma cena de guerra. A Operação foi realizada com cerca de 900 policiais do Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil do Estado de São Paulo (GOE) da PM e GCM, todos armados com metralhadoras e pistolas. Na foto de capa os policiais estão usando capacetes e coletes à prova de balas. A reportagem foi marcada por discursos e menções a outras Operações realizadas na “cracolândia” em outros mandatos. Cerca de 50 pessoas foram presas na região. Algumas das pessoas levadas em custódia foram acusadas de serem traficantes do Primeiro Comando da Capital (PCC),<sup>9</sup> acusação recorrente nessas Operações que buscam configurar a “cracolândia” como um lugar de perigo e insegurança. A Operação de 2017 teve como principal marca o sítio da “cracolândia”, concentrando os usuários na praça Princesa Isabel. Foi possível perceber a dispersão dos usuários de drogas químicos para outros núcleos territoriais pela cidade, algo também presente em outras Operações.

Neste sentido, o que se estabeleceu foi a retomada da lógica irrestrita da guerra, na qual os usuários de drogas ocupam o lugar do inimigo a ser combatido. O furor destinado ao controle do espaço público, atrelada à construção de uma delinquência dos usuários de drogas possibilitou tanto ao governador Geraldo Alckmin (mandato de 2015 à 2018) como ao prefeito João Dória (mandato de 2011 a 2018) tirar vantagens políticas da Operação. Ambos utilizaram-se da Operação como propaganda, criando uma verdadeira economia política em torno das ações militares na região e disputas narrativas entre os dois políticos. Enquanto o discurso do prefeito João Dória insistia no apagamento do local e sua significação simbólica “Aqui a cracolândia não volta mais” (in Gomes, Paulo; Pagnan, Rogério; Verpa, Danilo, 2017), o governador Geraldo Alckmin limitava-se a qualificar a Operação como apenas uma entre outras.

O portal G1 tituló a reportagem do dia da seguinte forma: “Polícia faz liberalismo econômico.

**9.** O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma organização que nasce nas prisões durante a década de 1990 e que atualmente controla o tráfico de drogas nas periferias do Estado de São Paulo.

operação contra tráfico de drogas e Doria diz que “cracolândia” ‘acabou’. Ação teve 38 presos; usuários também foram atingidos pela operação e, na dispersão, imóveis da região foram invadidos e carros tiveram vidros quebrados.” (POR G1, 2017)<sup>10</sup> O combustível dessa lógica de perigo permanente é o *medo* utilizado para legitimar as ações de violência e para tirar vantagens, sejam de qual tipo forem, das populações residentes nestas áreas. A “cracolândia” é constantemente destacada como zona de perigo e lugar de práticas ilegais que legitimam as intervenções e possibilitam justificativas morais e políticas para as intervenções.

A Operação teve como efeito a dispersão dos usuários de drogas. Diante da resistência das pessoas em permanecer na região central, mais precisamente nas praças Princesa Isabel e Júlio Prestes, a prefeitura buscou uma alternativa e passou a observar como uma possibilidade a internação compulsória. Esta solicitação deu-se após os dependentes químicos não deixarem a região central da cidade, mas resistirem em permanecer nas mediações.

O então prefeito João Dória divulgou, no mesmo dia da Operação de 2017, duas decisões: O fim do programa De Braços Abertos e um novo/antigo plano urbanístico para o bairro da Luz, o projeto “Nova Luz”. Na manhã seguinte, no dia 11 de maio, os espaços ocupados tanto pelo programa de “De Braços Abertos” da prefeitura de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad/PT (2013-2016) quanto pelo programa *Redenção*, do governo do Estado de São Paulo amanheceram fechados, dando indícios do que viria acontecer. Segundo o “movimento autônomo” A Craco Resiste,<sup>11</sup> após

---

**10.** Por G1: Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Doria diz que Cracolândia ‘acabou’. Ação teve 38 presos; usuários também foram atingidos pela operação e, na dispersão, imóveis da região foram invadidos e carros tiveram vidros quebrados, 21 de mai. de 2017. Disponível: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 de abr. 2020

**11.** A Cracolândia Resiste é um movimento autônomo que vem marcando presença na região da Luz, no centro de São Paulo, conhecida como Cracolândia, atuando como uma espécie de vigília. Estamos presentes constantemente no território para evitar e denunciar as agressões das forças de segurança e outras formas de violência a que estão submetidas, cotidianamente as pessoas que vivem e frequentam essa área fortemente estigmatizada. Definição da própria organização

a Operação de 2017 a polícia passou a circular pelo território se sentido “livre” para “intensificar” as agressões contra a população do “fluxo”:

Agora, com a retomada aberta do projeto de higienismo declarada sem pudores no discurso truculento de João Doria, os policiais e guardas que estão presentes no território se sentem liberados para intensificar as agressões contra essa população. É constante ainda a ameaça de uma operação organizada para fazer uma verdadeira varrição social, se valendo de interações forçadas, prisões e até demolições, para que não reste nada para impedir o processo de especulação imobiliária e privatização da cidade. (A CRACO RESISTE, 2017)

Os abusos empregados contra a população na “cracolândia” foram registrados pelo movimento A CracoResiste por depoimentos, entrevistas e fotos divulgadas no dossiê: “Agregões e violações na Cracolândia”. No documento é possível perceber as humilhações físicas e emocionais aos quais os dependentes químicos foram e são submetidos cotidianamente. Porém, é sempre importante lembrar que ações de violência e de desrespeito aos direitos humanos são registradas há muito na região e perpassam por todas as gestões da prefeitura e do governo desde os anos 2000.

Porém, algo diferente foi proposto durante a gestão do ex-prefeito Fernando Haddad, o programa social “De Braços Abertos” (DBA), que mesmo diante de possíveis críticas, representou um momento de inflexão na forma de agir do Estado no que diz respeito a sua relação com o uso de drogas. O DBA proporcionou um novo exemplo para as políticas de drogas no Brasil e criou um novo paradigma para programas de redução de danos em todo o país. Pois, possibilitou o acesso ao trabalho, à renda e à moradia, pontos importantes quanto à inflexão proporcionada pelo projeto na região (RUI, FIORE & TÓFOLI, 2016).

Logo, diferentemente de outros programas, ao invés de implementar ações

---

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bwl3ov41jnJ6Y2xQenhJZWpheEU/view>. Acesso no dia 07 de fevereiro de 2018

de dispersão, de criminalização do usuário de drogas, de violência, de gentrificação, o DBA fez respeitar os direitos destes sujeitos a partir de uma nova possibilidade de gestão da vida e do território na cidade de São Paulo. Porém, o DBA teve seu processo de desmonte iniciado em maio de 2017 sem a oportunidade de se desenvolver por mais tempo. O fechamento do programam DBA soma-se as inúmeras tentativas e violações aos direitos humanos, assim como o despreparo nas ações tomadas pela prefeitura, o que resultou no pedido de demissão da secretária de direitos humanos da prefeitura de São Paulo, Patrícia Bezerra,<sup>12</sup> após classificar a operação na “cracolândia” de “desastrosa” (BERGAMO, 2017). Esta não foi a única crítica que a ação desastrosa, mal preparada e higienista na “cracolândia” recebeu. Por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia chamou a ação do então prefeito João Dória na “cracolândia” e o fim do De Braços Abertos de “barbárie” (FERNANDES, 2017) porque pode ser classificada como um retrocesso na luta antimanicomial no Brasil.<sup>13</sup>

Mesmo diante de tantas críticas sobre o fechamento do DBA e das acusações de que fechá-lo representaria um retrocesso nas lutas antimanicomiais, o prefeito João Dória entrou com a petição na justiça de São Paulo para obter autorização para internar compulsoriamente os dependentes químicos. Seu pedido foi aprovado em caráter de urgência pelo juiz Emílio Neto. Diante da autorização, João Dória e a prefeitura de São Paulo divulgaram 270 vagas para a internação compulsória distribuídas em três clínicas. Porém, dos três locais indicados, apenas uma oferecia o serviço de internação de usuários de drogas. As três clínicas são particulares e conveniadas com a prefeitura. Duas não realizavam o serviço de internação e a outra estava fechada como indica a denúncia do UOL Notícias do dia 26 de maio de 2017 (CABRICOLI, 2017).

O pedido de internação compulsória realizado pela prefeitura de São Paulo torna evidente algumas questões sobre violações dos direitos humanos

---

**12.** Patrícia Bezerra também ocupa o cargo de vereadora da cidade de São Paulo, é membro do mesmo partido político ao qual o prefeito João Dória e o governador Geraldo Alckmin são filiados, o PSDB.

**13.** Luta antimanicomial é um movimento que se caracteriza pela luta dos direitos de pessoas com sofrimento mental. O movimento é contra ações de trancafiamento e isolamento dessas pessoas.

na “cracolândia”. Estas ações são motivadas por medidas que possibilitam a retirada das pessoas moradoras da região da “cracolândia” para outro território e nem de longe são ações de despreparo ou de falta de planejamento, mas são fruto de uma racionalidade de controle e do exercício da *biopolítica* (FOUCAULT, 2005A), ou seja, da inexistência de programas qualificados de assistência social destinados à inclusão social destas pessoas, o combate à desigualdade e a redução de danos.

A internação compulsória não é uma proposta de tratamento da dependência química, mas a do confinamento, do sumiço dos corpos em favor da ordem econômica. São corpos indesejáveis. As propostas dos governos não fogem da simplicidade e da insistência em políticas de guerra às drogas, ineficazes em propor soluções.

## **A narrativa do “nóia” como paradigma da violência**

Parte-se da seguinte noção: a construção narrativa que envolve o “nóia” é sociológica, histórica e fruto de metamorfoses de discursos e práticas (cf. SANTOS, 2019). O “nóia”, como é denominado de forma pejorativa o usuário de drogas, perde o controle do uso. É uma categoria discursiva estigmatizada geralmente associada aos usuários de crack e que legitima abusos, disputas e gestões dos corpos desses usuários de drogas tanto nas periferias como nas “cracolândias” espalhadas pela cidade de São Paulo. O controle exercido no corpo do usuário de drogas nas “cracolândias” da cidade não está alheio às lógicas globais de controle e dominação sobre populações assujeitadas. A relação que se estabelece entre Estado e os grupos marginalizados é o constante e irrestrito controle com a intenção de reconfigurar uma determinada paisagem urbana. O que se vê é a tentativa de atribuir a grupos marginais a responsabilidade sobre a insegurança social que resulta em propostas de segurança como um padrão inegociável, essencial e necessário tanto para a sociedade como para o estilo de vida urbana. Esse discurso de “perigo” viabiliza a implementação de ações de controle do corpo dos usuários de drogas e a inserção destes em uma economia política do corpo, na biopolítica.

Portanto, o “nóia” é o resultado de práticas discursivas que legitimam

abusos e as condições nos quais esses sujeitos estão submetidos de vulnerabilidade social, a pobreza extrema. O discurso do “nóia” inviabiliza a sociedade de entender que o assujeitamento dos usuários que fazem uso abusivo de drogas é fruto de várias violações de direitos que antecedem o uso da droga (SANTOS, 2018). O discurso do “nóia” faz o uso abusivo de drogas ser visto como um caso para o confinamento, punição, averiguação e segurança. Este fato encaixa-se com perfeição naquilo chamado uma “economia política do corpo” por Foucault (FOUCAULT, 2014B). Esta economia política do corpo trata da correção, supressão de determinadas ações e atitudes que o sujeito deixa de ter em detrimento do mundo do trabalho.

O “nóia” é um símbolo de um corpo insubmisso às ordens vigentes. Nesse sentido, o “nóia” apresenta-se como uma categoria discursiva, discursos de poder/verdade apinhados de conhecimentos que legitimam toda uma ordem de violência sobre os corpos dos usuários de drogas. O “nóia” é um discurso de conhecimento/poder que constrói “verdades” sobre o usuário de drogas e sobre o uso de drogas. Encontra-se entre estes discursos de conhecimento, poder e verdade a noção que os dependentes químicos não possuem consciência sobre a condição na qual estão inseridos e conseqüentemente, estes discursos passam a ser utilizados para justificar práticas correccionais destinadas ao trancafiamento. Por exemplo, a internação compulsória é um resultado da construção discursiva do “nóia” (SANTOS, 2019).

A submissão do corpo está inserida diretamente em uma relação social, econômica e de poder. Esta relação da submissão do corpo faz parte das relações com a população. Trata-se de uma tática que dialoga diretamente com o que Foucault chamou de *fazer viver e o deixar morrer* (FOUCAULT, 2005B). O discurso que estrutura o “nóia” parte da noção da indisciplina, da anormalidade e da insubmissão que legitimam o confinamento, a punição e a morte. Foucault alerta como os sistemas de confinamento na contemporaneidade não têm como finalidade ou intenção a reinserção social ou sua correção, mas apenas a extração de docilidade e utilidade dos corpos dos presos ou “delinquentes” (FOUCAULT, 2014B). A violência como força de guerra destinada aos dependentes químicos na “cracolândia” se pauta na noção de risco e legitima-se no discurso de insegurança

sobre determinadas áreas ou pessoas (FOUCAULT, 2010D).

O discurso ou a narrativa do “nóia” é uma construção social que permite o poder incidir e assujeitar esses corpos (FOUCAULT, 2017E). Muitos dispositivos de poder cooperam com essa produção que se alimenta da generalização dos dependentes químicos (RUI, 2012A). Pois, somente a partir da generalização é possível efetivar estratégias de *deixar morrer* aplicadas na “cracolândia”. Essas estratégias fazem do corpo do usuário de drogas um campo de disputa permanente e definem os problemas existentes na “cracolândia” como específicos daquela região, ignorando os laços e os percursos da produção dessa categoria como um problema da cidade.

## Conclusão

A ocupação de territórios desejada por investidores é gerida pelo Estado que não mede esforços para realizar o projeto. Diante disto, o processo da Operação com início em maio de 2017 não está deslocado de outras realizadas na “cracolândia” em anos anteriores. Operações militares como a realizada na “cracolândia” de São Paulo em maio de 2017 visam o controle da paisagem urbana e a reconfiguração social da ideia de espaços públicos. São os interesses do mercado revestidos com a roupagem da segurança social aplicados em investimentos e recursos enraizadas nas ideologias, possibilitando a criação de uma forma diferente de como o Estado e a sociedade civil interpretam os espaços públicos e privados, o corpo e o(s) uso(s) de drogas.

A produção de um inimigo perpassa pela lógica econômica e está ligada ao desenvolvimento do neoliberalismo global. Na “cracolândia”, a tática empregada é o *urbanismo militar*. Tais operações, como a de maio de 2017, deslocam o direito de determinado grupo sobre os espaços públicos, rompendo com o paradigma político de conciliação dos possíveis conflitos existentes na região, voltando-se ao ataque das categorias humanas presentes na localidade: dependentes químicos, população em situação de rua e moradores com residência na região.

As ações militares na localidade significam o gerenciamento dos corpos dos dependentes químicos a partir da narrativa do “nóia”. O discurso do “nóia” legitima e cria discursos morais, resultando em intervenções e na militarização

das políticas sociais. O “nóia”, esse tipo social, vive o paradoxo da invisibilidade e o da hiperexposição de seu corpo. Ao mesmo tempo que as suas trajetórias são ignoradas se tornam visíveis a partir de um discurso de “necessidade de controle”. Esse fato demonstra como o “nóia” é um tipo social complexo, isto é, uma produção, envolvendo vários atores a partir de uma gestão de controle exercida pelo Estado e pela economia da droga.

As Operações seguem um padrão de gestão sobre os corpos: controle e dispersão do “fluxo”, ou seja, não há falta da presença do Estado no “território”, mas o Estado se encontra presente gerindo os corpos, o território e os interesses econômicos planejados para a região. As intervenções militares são estruturadas na disputa de programas políticos para a região, algo que demonstra não somente a região como um campo de disputa permanente, mas faz dos corpos dos dependentes químicos um campo de disputa das gestões, dos partidos políticos, das igrejas, etc.

## Referências

A Cracolândia Resiste. **Agressões e Violações na Cracolândia**, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwI3ov41jnJ6Y2xQenhJZWpheEU/view>. Acesso no dia 02 de fevereiro de 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**: homo sacer, II, I. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

ARAÚJO, Glauco; MACHADO, Livia; SANTIAGO, Tatiana. Justiça autoriza Prefeitura a apreender usuário de droga da Cracolândia para avaliação médica. **G1**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-aceita-pedido-de-internacao-compulsoria-para-dependentes-quimicos-da-cracolandia.ghtml>. Acesso no dia 01 de setembro de 2020.

ATKINSON, P., & HAMMERSLEY, M. Ethnography and participant observation. In: N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, pp.248-61. 2005.

BERGAMO, Mônica. Secretaria de Dória entrega cargo após discorda de ação na Cracolândia e chamá-la de desastrosa. **Folha/UOL**. São Paulo, 2017.

24/05. Acervo online disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/05/1887181-secretaria-de-doria-entrega-cargo-apos-discordar-de-acao-na-cracolandia-e-chama-la-de-desastrosa.shtml?mobile>. Acesso dia 29 de setembro de 2020.

BRASIL. Decreto-lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

BRITO, Giseli; Lima, Pedro; Martin, Isabel; Mendonça, Pedro. **LABCIDADE:** Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso, 2017. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2017/08/1e64febe0dcf0aadb23afee2b197afa8.pdf>. Acesso no dia 10 de outubro de 2017.

CAMBRICOLI, Fabiana. Plano de Dória para internar dependentes inclui hospital fechado. **Uol Notícias**. São Paulo. 26/05/2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/05/26/plano-de-doria-para-internacao-de-dependentes-inclui-hospital-fechado.htm> Acesso dia 29 de Outubro maio de 2020.

CORREIA, M. C.. A Observação Participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v.13, n. 2, p. 30-36. 1999.

EZPELETA, J., & ROCKWELL, E. . **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1986.

FERNANDES, Marcella. Conselho federal de psicologia chama ação de Dória na Cracolândia de 'barbárie'. Huffpost. São Paulo. 22/05/2017. Disponível em: [http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/22/conselho-federal-de-psicologia-chama-acao-de-doria-na-cracolandia\\_a\\_22103998/?ncid=fbcklnkbrhpmg00000004Na](http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/22/conselho-federal-de-psicologia-chama-acao-de-doria-na-cracolandia_a_22103998/?ncid=fbcklnkbrhpmg00000004Na). Acesso dia 25 de setembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso no Collège de

France. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010d.

FOUCAULT, Michel **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017e.

FRÚGOLI JR, Heitor. Territorialidades e redes na região da Luz. In: Kowarick, Lúcio(org). **Pluralidade Urbana em São Paulo**. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Ed. 34, 2016. p. 249-271.

FRÚGOLI, Heitor; SPAGIARI, Enrico. Da Cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz. **Ponto Urbe**, n. 6, 2010. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/1870>.

Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Doria diz que Cracolândia 'acabou'. Ação teve 38 presos; usuários também foram atingidos pela operação e, na dispersão, imóveis da região foram invadidos e carros tiveram vidros quebrados. **G1**: 21 de mai. de 2017. Disponível: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

GOMES, Paulo; Machado, Leandro; Neves, Fernanda Pereira; Pagnan, Rogério. Ação de Doria para demolir imóvel deixa feridos na Cracolândia. **Folha de São Paulo**, 2017. Acervo online, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886608-demolicao-de-parede-de-imovel-deixa-dois-feridos-na-cracolandia-em-sp.shtml>. Acesso no dia 03 de setembro de 2020.

GOMES, Paulo; Pagnan, Rogério; Verpa, Danilo. Doria diz que 'Cracolândia acabou', mas usuários de drogas persistem. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml>. Acesso no dia 05 de setembro de 2020.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas**. O novo Militarismo Urbano. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

Viciados deixam 'favelinha' da cracolândia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 14 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/147955-viciados-deixam-favelinha-da-cracolandia.shtml> Acesso em 170 de 17 abr. de 2021.

LEITE, Fábio; Carvalho, Marco Antônio. Polícia faz nova ação na Cracolândia, prende traficantes, mas fluxo retorna a praça. **Estadão**: 11 de jun. de 2017. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,policia-volta-a-fazer-operacao-na-cracolandia-neste-domingo,70001835447>. Acesso em 16/04/2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MILENA, Lilian. Cracolândia: Bombeiros teriam removido cadáver de usuário preso desde domingo. 26/05/2017. **Jornal GGN**. São Paulo. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/noticia/cracolandia-bombeiros-teriam-removido-cadaver-de-usuario-presos-desde-domingo>. Acesso no dia 29 de outubro de 2020.

MORAES, Pedro Bodê de. “Juventude, medo e violência”. Trabalho apresentado no Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise: Novos e Invisíveis Laços, 2005.

RUI, Taniele. **Corpos abjetos**: etnografia em contexto de consumo e comércio de crack. Campinas. 335p. Tese de Doutorado. IFCH / Unicamp, 2012.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: Kowarick, Lúcio (org). **Pluralidade Urbana em São Paulo**. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Ed. 34., 2016b, p. 225-248.

RUI, Taniele; FIORE, M; TÓFOLI, L.F. “Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’”. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016c.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente das outras”?** Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Ednan Silva. **Metamorfosando o “nóia”**: formas de poder-saber, controle e sujeição em torno da figura do “usuário de crack” em São Paulo. São Bernardo do Campo. 97p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do ABC, 2019a.

SANTOS, Ednan Silva. Planos migratórios na Cracolândia de São Paulo na década de 1990. **Revista Katálysis**. Florianópolis, n. 2 v. 21, p. 336-344, maio/ago, 2018b.

SANTOS

TEIXEIRA, Alessandra. **O Crime Pelo Averso**. Gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2016.

TELLES, Vera. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

**Recebido:** 28/07/2021

**Aceito:** 22/01/2023